

Banco Central projeta inflação acima da meta até início de 2028

Galípolo, ao comentar críticas de Haddad aos juros altos, disse achar ‘um luxo’ ter comentários com ‘tamanha gentileza’

THAÍS BARCELLOS
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

As projeções oficiais de inflação do Banco Central apontam para um índice acima da meta até o primeiro trimestre de 2028, segundo a atualização do Relatório de Política Monetária publicada ontem. O BC reviu ainda as projeções para o crescimento da economia para este ano, de 2,1% para 2%, como reflexo do tarifaço de Donald Trump. No ano seguinte, o freio no PIB será ainda maior, com expansão de 1,5%, segundo os cálculos da instituição.

Quanto à inflação, a previsão do Banco Central piorou em relação ao último relatório, divulgado em junho. Naquele mês, a estimativa era que o índice ficasse acima da meta até o fim de 2027.

Na coletiva de imprensa sobre o relatório, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que a instituição ainda depende de mais dados para definir os próxi-

mos passos da política monetária e que a autoridade monetária seguirá no mantra de “firmeza, perseverança e serenidade” nessa nova etapa do ciclo de manutenção da Selic por “período bastante prolongado”.

— Temos repetido o quão incomodados estamos com as expectativas desancoradas, e já estão há bastante tempo, mas as próprias projeções do Focus integram o nosso modelo. Vamos seguir olhando se a taxa de juros está contracionista o suficiente para produzir a convergência da inflação para a meta.

ECONOMIA AQUECIDA

Após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmar que a Taxa Selic “nem deveria estar em 15%”, Galípolo disse que considera “um luxo” ter comentários do ministro da Fazenda sobre política monetária com tamanha “delicadeza, gentileza e educação”. Depois, ele também afirmou

que a opinião foi legítima, com elegância e cuidado:

— No caso específico das falas do meu amigo Fernando Haddad e estendo também ao querido (Rogério) Ceron, secretário do Tesouro, pessoalmente acho um luxo que tenhamos um ministro da Fazenda e um secretário do Tesouro fazendo comentários sobre política monetária com a delicadeza, gentileza e educação da forma que eles fizeram.

Galípolo disse que a autoridade monetária praticamente “gabarita” as condições para ter levado os juros para o patamar atual e mantê-lo nesse nível. A taxa é a maior desde julho de 2006, e o BC indicou que pretende manter a Selic parada por período “bastante prolongado” para alcançar o objetivo de colocar a inflação na meta de 3%. A projeção do BC para o horizonte relevante (prazo com o qual trabalha para colocar a inflação na meta) é de 3,4%.

— O papel do BC é um



Período difícil. Galípolo diz que esse tempo de manutenção de juros em 15% é o pior para visão externa do trabalho do BC

pouco mais difícil do que o de outras autarquias e secretarias, porque, às vezes, tem que desagradar um pouco. Nesse caso específico, mesmo com a Selic em 15%, praticamente se gabarita no livro-texto as condições de contorno para ter feito uma elevação a 15% e manter a taxa de juros em uma condição contracionista.

Galípolo citou os números do mercado de trabalho e os recordes em importações e viagens como termômetros de uma atividade aquecida:

— Se 5% não está em pleno emprego, não sei quando o Brasil esteve próximo do pleno emprego. É a taxa mais baixa da série histórica, com renda na máxima da série

histórica. Com as viagens batendo recorde, importações batendo recorde.

O presidente do BC disse que o controle da inflação é o melhor caminho para proteger a renda do trabalhador.

— A coisa vai convergindo para uma suavização da atividade econômica, justamente para proteger a renda do trabalhador. O pior cenário para a renda do trabalho é a inflação elevada. Como preserva a renda do trabalhador? Colocando a inflação na meta.

Além de Haddad, outros integrantes da Fazenda manifestaram preocupação com a “dose do remédio” dos juros e com os efeitos no crescimento da economia e da arrecadação de impostos.

O presidente do BC disse ainda que a autoridade monetária já esperava que esse momento de manutenção dos juros fosse o período mais difícil em termos de visão externa sobre o trabalho do Comitê de Política Monetária (Copom), que define as taxas de juros.

— São quatro anos consecutivos crescendo acima do que se imagina que é o potencial. E com surpresas sucessivas: o mercado de trabalho mostrando força e resiliência e a inflação segue fora da meta. O que o BC fez responde menos à personalidade dos membros do Copom e mais aos dados. Esse é o ponto mais importante.

Prévia do IPCA volta a subir em setembro, com alta da conta de luz

Índice foi de 0,48%, abaixo do esperado, após deflação de 0,14% de agosto

CAROLINA NALIN
E PAULO RENATO NEPOMUCENO
economia@oglobo.com.br

A prévia da inflação voltou a subir em setembro, informou o IBGE ontem. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) foi de 0,48%, após queda de 0,14% em agosto. A razão da alta foi a conta de luz, que havia recuado no mês passado. Ainda assim, o índice subiu menos do que o mercado esperava. A projeção era de 0,52%, de acordo com o Valor Data.

Em 12 meses, o índice ficou em 5,32%, bem acima da meta da inflação de 3%.

Economistas consideram o resultado positivo, já que veio melhor do que o esperado e com um aumento concentrado em energia elétrica, com alta de 12,17%. Também houve queda de itens importantes da cesta de consumo, como alimentos e combustíveis. A leitura, porém, é de cautela. Os preços mais ligados à atividade e ao mercado de trabalho continuam pressionados.

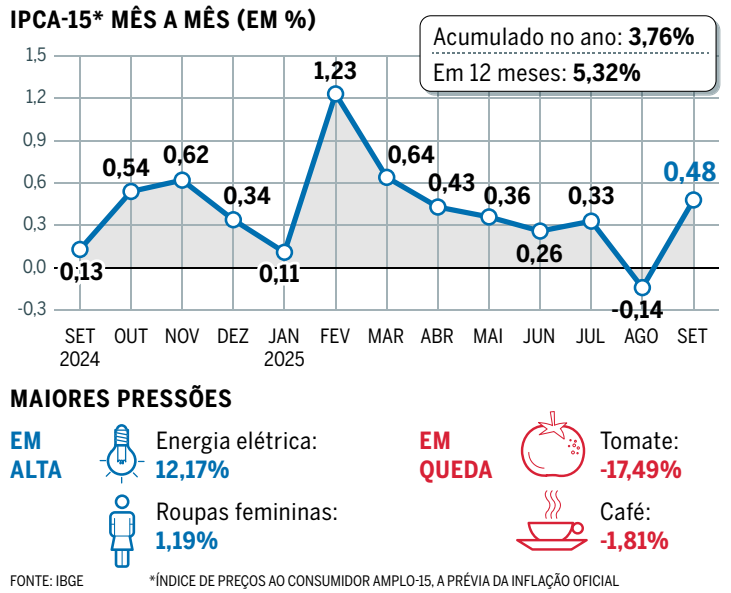
Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, o resultado é insuficiente para falar em corte de juros este ano, diante da alta de 5,91% em 12 meses dos serviços.

— Considerando que eles (serviços) representam 36% da inflação brasileira, temos a noção do trabalho hercúleo que o BC terá para trazer a inflação para perto da meta de 3%. Por isso, apesar de ser sempre bom ter um número de inflação abaixo do esperado, para a política monetária os problemas continuam.

Leal manteve a projeção de corte de juros somente na primeira reunião de 2026.

Alexandre Maluf, economista da XP, explica que a inflação tem perdido força tanto pelo clima favorável, que contribui para queda dos preços

Veja o movimento dos preços



energia elétrica subir, levando o item a exercer a maior pressão para a prévia da inflação. A tarifa elétrica residencial saltou 12,17% após queda de 4,93% em agosto.

ALIMENTAÇÃO EM QUEDA

O bônus de Itaipu concedeu R\$ 883 milhões creditados em agosto para consumidores que tiveram consumo inferior a 350 kWh em algum mês do ano anterior. O valor foi abatido diretamente na conta de luz. Especialistas já esperavam que esse efeito não voltasse a ser sentido em setembro.

Além disso, a bandeira tarifária vermelha patamar 2, a partir de 1º de setembro, adicionou R\$ 7,87 na conta de luz a cada 100 Kwh consumidos.

Houve deflação de 0,35% no grupo Alimentação e bebidas, na quarta queda seguida. Para analistas do Banco Daycoval, a alimentação deve seguir em baixa nos próximos meses.

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA, comunica que realizará CONSULTA PÚBLICA, pelo prazo de 42 (quarenta e dois) dias, para tornar público, colher sugestões e contribuições em relação à minuta de edital, contrato e seus anexos para o projeto de concessão da construção e operação da Ponte de Cássia - Delfinópolis, infraestrutura de transporte rodoviário que conectará o município de Delfinópolis a Cássia, na região Reservatório de Mascarrenhas de Moraes. O prazo contratual estimado é de 30 (trinta) anos, com valor previsto de investimento de R\$145.908.370,75 (cento e quarenta e cinco milhões, novecentos e oito mil, trezentos e setenta reais e setenta e cinco centavos). As informações sobre o projeto de concessão, a justificativa de contratação, o formulário de questionamentos, o regulamento com a forma de participação na Consulta e as minutas de edital, contrato e seus anexos estarão disponíveis no site da SEINFRA (<http://www.infraestrutura.mg.gov.br>) e no site da Unidade de PPP do Estado de Minas Gerais (<http://www.parcerias.mg.gov.br>), no período de 13/09/2025 até 25/10/2025. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo endereço de e-mail ppp@infraestrutura.mg.gov.br. Belo Horizonte, 26 de setembro de 2025.

Pedro Bruno Barros de Souza
Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA, comunica que realizará CONSULTA PÚBLICA, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para tornar público, colher sugestões e contribuições em relação à minuta de edital, contrato e seus anexos para o projeto de concessão dos serviços públicos para exploração da infraestrutura, operação, recuperação, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do Nível de Serviço do Sistema Rodoviário do Lote 10 - Noroeste do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de Minas Gerais. O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos, com valor estimado de R\$ 4.448.417.102,74 (quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil, cento e dois reais e setenta e quatro centavos). As informações sobre o projeto de concessão, a justificativa de contratação, o formulário de questionamentos, o regulamento com a forma de participação na Consulta e as minutas de edital, contrato e seus anexos estarão disponíveis no site da SEINFRA (<http://www.infraestrutura.mg.gov.br>) e no site da Unidade de PPP do Estado de Minas Gerais (<http://www.parcerias.mg.gov.br>), no período de 26/09/2025 até 25/10/2025. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo endereço de e-mail: lotenoroeste@infraestrutura.mg.gov.br. Belo Horizonte, 26 de setembro de 2025.

Pedro Bruno Barros de Souza
Secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.

Fazenda deve citar Orçamento impositivo no recurso ao TCU

Corte determinou que o governo tem de seguir centro da meta fiscal e não o piso

BERNARDO LIMA E BRUNA LESSA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo federal deve argumentar ao Tribunal de Contas da União (TCU) que o “Orçamento impositivo” fez o Executivo mirar no piso da meta do resultado primário das contas públicas, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na quarta-feira, o TCU determinou que o governo deve perseguir o centro da meta fiscal, não o piso. A Fazenda ainda aguarda intimação oficial para apresentar um recurso.

A meta fiscal deste ano é de

resultado zero (equilíbrio entre despesas e receitas), com intervalo de tolerância entre déficit de R\$ 31 bilhões e superávit de R\$ 31 bilhões, ou 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo vem perseguindo esse limite inferior, o que foi considerado irregular pelo plenário do TCU.

Segundo Haddad, o governo deve recorrer, argumentando que, em 2019, uma emenda constitucional tornou obrigatória a execução de todas as despesas, menos as que tivessem impedimento técnico.

Por causa desse “engessamento” do Orçamento, o Exe-

cutivo alega que não é possível fazer uma contenção de gastos maior para mirar o centro da meta, já que o piso já garante o seu cumprimento.

No fim do ano passado, o governo enviou proposta de emenda à Constituição (PEC) ao Congresso que previa a revogação desta emenda constitucional de 2019 que tornou o Orçamento impositivo. O trecho, no entanto, foi retirado durante a tramitação. Segundo Haddad, isso permitiria que o Executivo alcançasse melhores resultados fiscais.

— Quando a gente foi introduzir uma norma dizendo que

o governo poderia buscar um resultado fiscal melhor, o próprio Congresso rejeitou essa norma. Eu penso que é preciso haver um esclarecimento em relação à decisão do Congresso. Junto ao TCU, vamos esclarecer que nós tentamos — disse Haddad a jornalistas na saída do ministério ontem.

Em nota conjunta ontem, a Fazenda e o Ministério do Planejamento reforçam o entendimento do governo de que a meta fiscal é “em banda e não em ponto”: “Assim, a meta de primário é descumprida quando o resultado primário não alcançar o limite inferior da banda. Trata-se, portanto, de mecanismo jurídico obrigatório e vinculado, aplicado ao orçamento de todos os Poderes”.

Com o recurso, a decisão fica suspensa, e o governo mantém, por enquanto, a estratégia de contingenciamento mínimo.